

Aumenta a cotação do Brasil em Nova York

REGIS NESTROVSKI,
DE NOVA YORK

Os títulos da dívida externa brasileira chegaram a atingir 27% de seu valor de face no mercado secundário de Nova York — uma alta de 30% em relação ao início do ano. Existem até perspectivas de que esses títulos recuperem mais 3% nos próximos dias, se for realmente fechado um acordo de renegociação da dívida entre o País e os bancos credores. A valorização dos papéis está sendo vista por analistas nova-iorquinos como um sinal de que os investidores, desiludidos com a falta de infra-estrutura na Europa Oriental pós-comunista, voltam a se interessar e pela América Latina.

Na corretora Shearson Lehman Hutton, do grupo American Express, há um certo otimismo quanto ao futuro dos países latino-americanos. “Os papéis brasileiros podem subir ainda mais. Uma boa conclusão nas negociações e a promessa de privatização movimentaram o mercado secundário”, avalia o chefe de pesquisa financeira Ken Hoffman. “Acredito que as chances da América Latina são bem melhores que as da Europa Oriental e do Oriente Médio”, arrisca.

Há um ano havia o medo de que a Europa Oriental atraísse muito capital internacional,” mas isso foi antes de constataremos que a região tem uma infra-estrutura muito mais primitiva que a da América Latina”, explica Hoffman. “Talvez a competição seja por fundos de organismos multilaterais, como Banco Mundial. No setor do capital privado não existe este tipo de competição”, garante.

Há vários papéis brasileiros no mercado secundário de Nova York. Os bônus de “dinheiro novo” estavam sendo vendidos por 68% do seu valor de face. Já os “bônus de saída” (**exit bonds**) conseguiam cotação de 42% no mercado. Ambos estão dando ao investidor privado um rendimento de 18% ao ano — bem mais que o

Hermann Wever vê boas chances de investimentos para o Brasil. Mas lembra que México e Chile lideram a disputa pelos capitais na América Latina.



NEWTON AGUIAR/AE - 22.01.90

restante do mercado. E, segundo Hoffman, “o Brasil tem honrado o pagamento destes juros religiosamente, o que faz deles um bom investimento”.

Na corretora Salomon Brothers, em Wall Street, ninguém quis confirmar a emissão de um título novo por parte do governo brasileiro, mencionada na última edição da revista **Euromoney**. “Não faz muito sentido um lançamento a esta altura, já que há vários títulos brasileiros no mercado secundário”, estranhou um analista. Se confirmada a emissão, seria a primeira iniciativa voluntária do País para captar dinheiro no mercado internacional desde 1982.

Na mesa de operações da Salomon, outros países latino-americanos tinham cotação acima do Brasil — o Chile já não é sequer considerado como latino-americano, devido ao avançado estágio de sua economia. Os papéis mexicanos eram negociados por 53% do valor, enquanto a Argentina conseguia apenas 17,5% por seus títulos. “Os papéis do Brasil e da Argentina dependem do estado de espírito do mercado, ao contrário de México e Chile”, concluiu uma outra fonte da Salomon Brothers.

Investidores ainda aguardam acerto da dívida e queda da inflação

As barreiras econômicas que ainda isolam o Leste Europeu, e dividem a própria Alemanha unificada, podem ajudar a América Latina — e o Brasil, em particular — a atrair investimentos estrangeiros neste ano. A avaliação é do empresário Hermann Wever, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, que se apóia em análises feitas no âmbito da Comunidade Européia — em especial na Alemanha, que responde por 15% dos US\$ 34 bilhões aplicados atualmente no País como investimento de risco.

Se as aplicações fossem feitas agora, o Brasil ocuparia apenas o terceiro lugar na preferência dos investidores, atrás do México e do Chile — a Argentina aparece em quarto lugar. Pelo relato de Wever, os investidores estrangeiros, inclusive os alemães, só se dispõem a remeter

dinheiro novo para Brasil — além do reinvestimento dos lucros de filiais já instaladas — depois do acerto da dívida externa, do fim da discriminação ao capital estrangeiro e da estabilização da economia.

Wever citou como exemplo o setor de bens de capital, que tem no governo seu maior cliente e está operando com apenas 20% da capacidade. Além da desativação, observa o empresário, o setor é obrigado a carregar uma dívida do setor público avaliada em US\$ 180 milhões. Wever considera “urgente” que o Congresso Nacional aprove a isenção de IPI sobre a produção de bens de capital, que consta do Programa de Competitividade Industrial (PCI). E espera que o Brasil volte a investir na produção em 1992, apostando numa taxa mensal de inflação de 10% até o final do ano.